

# PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2025 EXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO № 08/2025

A Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá, pessoa jurídica de direito público, CNPJ sob o n. 11.447.594/0001-08, com sede na Rio Branco, 336, centro, na cidade de Jupiá, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Darci Moschen, portador do CPF nº 006.XXX.XXX.-XX, brasileiro, residente na Linha Pinheiro, interior, Município de Jupiá, (SC), torna a público para conhecimento de todos que realizou processo de exigibilidade de licitação em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme discriminado a seguir:

#### I - DO OBJETO

1.1 - Contratação da empresa IGAM SC - Cursos e consultoria LTDA para o fornecimento de uma inscrição para o servidor Gilnei Jose Valandro no "3° SEMINÁRIO SOBRE ENCERRAMENTO CONTÁBIL DO EXERCICIO 2025 PARA OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO" que será realizado na cidade de Florianópolis SC nos dias 12 a 14 de outubro de 2025.

# Programação:

### 12/11/2025 das 3h20 às 17h

- 1. O papel do contador e do controle interno no encerramento do exercício
- 2. A prestação de contas em 2026 e a relação com o encerramento do exercício de 2025
- 3. Resultado Nominal e Primário conforme fixado na LDO de 2024 para 2025
- 4. Conciliações e conferências contábeis mínimas e prévias ao encerramento do exercício

Palestrante: Paulo César Flores 13/11/2025 - 08h50 às 12h

- 5. Equilíbrio financeiro por fonte de recursos (LRF, art. 42)
- 6. Contabilização do duodécimo da Câmara Municipal ao final do exercício
- 7. Contabilização do passivo por competência ao final do exercício
- 8. Encerramento dos grupos contábeis 5, 6, 7 e 8

Palestrante: Paulo César Flores 13/11/2025 - 13h20 às 17h Validações do ranking da STN Palestrante: Dreone Mendes 14/11/2025 - 08h50 às 12h

Inteligência Artificial aplicada na Análise de Balanços e Elaboração das Notas Explicativas

Palestrante: João Marcos Medeiros Scaramelli.14. Formalização do termo de colaboração e de fomento

### II – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação justifica-se em razão da necessidade de adquirir uma inscrição para o referido curso, a fim de promover a capacitação do servidor que trabalham diretamente na área contábil. É de se destacar da importância na prestação de contas aos órgãos competentes que trata da matéria, se mostrando, portanto, crucial o aperfeiçoamento no tema. Outrossim, a contratada é uma empresa



tradicional no ramo da gestão pública, com profissionais altamente qualificados que ministrarão o seminário.

### III – JUSTIFICATIVA DA EXIGIBILIDADE

3.1. No presente caso, a singularidade do objeto, aliada à notória especialização do profissional que ministrarão curso, torna inviável a competição, justificando-se plenamente a inexigibilidade do procedimento licitatório. Em adendo, essa medida visa garantir a execução eficiente.

# IV - NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

#### 4.1. DREONE MENDES

Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP, graduado em Ciências Contábeis (2012), e especialista em Controladoria (2015) pela UNIASSELVI, também é especialista em Gestão Pública Municipal (2017) pela Universidade Tecnológica do Paraná - UFTPR, e em Direito Tributário (2020) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC; Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina - CRC/SC; Contador Geral do Município de Luzerna/SC; Licenciado para capacitação de demonstrativos fiscais pela Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF; Multiplicador da Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Professor da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI; Instrutor na área de contabilidade, administração pública, documentos digitais, gestão fiscal de estados e municípios, apuração e avaliação de demonstrativos fiscais, Lei de Responsabilidade Fiscal, Direito Financeiro, Orçamento Público, e outras áreas; Colaborador técnico de Instrução de

Procedimentos Contábeis publicadas pela STN; Criador do canal "O Contador Público"; Curriculo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4063912678823621

### 4.2. JOÃO MARCOS MEDEIROS SCARAMELLI

Contador, professor e escritor, com MBA em Administração Pública é instrutor da Secretaria do Tesouro Nacional, consultor em CASP e desenvolvimento de sistemas para Planejamento e Contabilidade Pública Municipal (Gestão Contábil, Financeira e Orçamentária), Transparência Pública e Inteligência Gerencial.

### 4.3. PAULO CÉSAR FLORES

Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA em Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autor de artigos e livros.

# V – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1 - A presente hipótese de contratação direta por Inexigibilidade de Licitação tem

Página 2 de 4



embasamento no inciso III, alínea "f", do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

ae:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

...

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

# VI - FORNECEDOR

6.1 – Empresa IGAM SC - Cursos e consultoria LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 28.474.582/0001-67, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1475, 12 andar, Estreito, Florianópolis-SC.

# VII – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá/SC, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

ÓRGÃO - 01 – CÂMARA MUNICIPAL

UNIDADE - 01 - PODER LEGISLATIVO

PROJ/ ATIVIDADE – 2.001 – MANUT. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

NAT. DESP. - 3.3.90.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS

FONTE DE RECURSO - 1.500.0000.0000.00 - RECURSOS ORDINÁRIOS

### **VIII - VALOR**

8.1 – A Câmara de Vereadores de Jupiá – SC pagará valor por inscrição R\$ 1.790,00 (um mil, setecentos e noventa reais).

### IX - FORMA DE PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado após a realização e emissão das notas fiscais.

### X - DA HABILITAÇÃO

10.1 - A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### XI - JUSTIFICATIVA DO PREÇO



11.1 - Em conformidade com os preços praticados em órgãos semelhantes, através de notas do treinamento efetuado por outras entidades, conforme comprovação de preço em anexo.

Jupiá/SC, 03 de novembro de 2025

Gilnei Jose Valandro Contador

Darci Moschen
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Jupiá SC